A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E O ACESSO AO ETNOCONHECIMENTO

Aline da Silva Franca¹, Naira Christofolletti Silveira²

¹Bacharel em Biblioteconomia, UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ

²Docente, UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ e doutoranda em CI, ECA/USP, São Paulo, SP

Resumo

De forma geral, a catalogação compreende os procedimentos de descrição e representação de um documento, objetivando sua recuperação e identificação dentre os diversos itens que compõem um acervo. Ao selecionar os pontos de acesso e quais aspectos do documento serão passíveis de recuperação e relacionamentos, o catalogador dispõe do poder de eleger as informações que serão relevantes. Se considerarmos a produção bibliográfica, o bibliotecário tem a responsabilidade em oferecer uma representação documental fidedigna, respeitando os diferentes grupos sociais e étnicos. O bibliotecário deve se conscientizar de que as informações descritas de maneira inadequadas poderão criar barreiras no processo comunicacional que envolve os usuários e a informação. Dessa forma, o presente trabalho objetiva refletir sobre as principais dificuldades e possíveis soluções para a situação desta produção que ainda se encontra sem orientação no Código de Catalogação Anglo-Americano (CCA ou AACR2r). Utiliza o método bibliográfico de forma exploratória a fim de reunir conceitos antropológicos sobre grupos indígenas do Brasil e fundamentar sua base teórica em Representação Descritiva. Recorre-se também ao levantamento de registros bibliográficos em dois catálogos disponíveis em acesso on-line, a fim de ilustrar as discussões acerca da representação bibliográfica. Acredita-se que a discussão desse tema, genuinamente brasileiro, suscite novas discussões no âmbito da representação bibliográfica nacional.

Palavras-Chave: Representação descritiva; Catalogação; Etnoconhecimento; Literatura indígena.

Abstract

Cataloging includes the process of description and representation of a document, aiming at the recovery and identification among the various items that make up a collection. When selecting access points and which aspects of the document will be retrievable and relationships, the cataloger has the power to choose what information is relevant. Considering the literary works from native groups from Brazil, particularly of indigenous peoples, the librarian will have the responsibility to provide an accurate representation of documents, respecting the different social and ethnic groups. The librarian should be aware that the information described in an inappropriate way may create barriers in the communication process that involves users and information. Thus, this paper aims to reflect on the main difficulties and possible solutions to the situation of the Brazilian production, which does not rely on guidance from the Anglo-American Cataloguing Code (AACR2r). It uses the bibliographic method in an exploratory way to gather anthropological concepts on indigenous groups in Brazil and its theoretical basis in Descriptive Representation. It also refers to the collection of bibliographic records in two catalogs available online in order to illustrate the discussions about bibliographic representation. It is believed that the discussion of this

subject, a genuinely Brazilian one, inspire new discussions within the national bibliographic representation.

Keywords: Descriptive representation; Cataloguing; Ethnoknowledge; Indigenous literature.

1 Introdução

Constituído por uma formação cultural e etnológica heterogênea, o Brasil apresenta uma notável riqueza cultural. Seja pela culinária africana, os hábitos indígenas ou a arquitetura européia de alguns centros urbanos, cada grupo étnico que desembarcou nas terras de Cabral contribuiu para o que conhecemos hoje como povo brasileiro. Tal foi a miscigenação em nosso país que por vezes se torna difícil identificar com exatidão a origem de determinado elemento cultural.

Apesar de compreender a importância de cada grupo em seus diversos aspectos culturais, o presente trabalho se concentra (entretanto, não se limita) em observar a dinâmica atual das comunidades indígenas, enquanto produtoras de materiais bibliográficos. Por se tratar de um grupo de publicações com tantas particularidades, o profissional bibliotecário deve proceder com cautela ao elaborar o registro bibliográfico destes documentos. Esta representação será responsável por estabelecer um elo entre os itens de um acervo e seus usuários. Dessa forma, objetiva-se com este trabalho discutir a representação bibliográfica das atuais publicações literárias indígenas que por corresponder a uma produção brasileira, espera-se que o bibliotecário catalogador esteja apto a compreender e elaborar os registros bibliográficos destes materiais que são tão particulares à cultura nacional.

Utiliza-se do método bibliográfico de forma exploratória a fim de reunir conceitos antropológicos e dados sobre grupos indígenas do Brasil e fundamentar sua base teórica acerca dos conhecimentos em Representação Descritiva. Considera-se a importância do tema para a área uma vez que o atual Código de Catalogação Anglo-Americano não abarca as especificidades dos pontos de acesso e particularidades de apresentação das obras indígenas. A relevância desta pesquisa justifica-se ao propor a reflexão acerca das obras literárias indígenas escritas no Brasil e a responsabilidade do bibliotecário em permitir o acesso à informação de diferentes grupos étnicos, sociais e políticos. Neste aspecto, reconhece-se a importância do bibliotecário catalogador como agente social ao promover a representação bibliográfica destes documentos. Como profissional da informação, este deve conscientizar-se de que as informações descritas de maneira inadequadas serão capazes de criar barreiras no processo comunicacional que envolve os documentos de um acervo e os usuários de uma unidade de informação.

A partir da década de 1980, diversos povos indígenas passaram a publicar e divulgar seus conhecimentos através de livros. Este tipo de publicação vem crescendo, tanto em número quanto em relevância, tornando-se presentes em várias partes do mundo. Neste sentido, é interessante discutir a forma do tratamento documental destes materiais, uma vez que são produzidos aqui no Brasil, por índios brasileiros.

2 A população indígena brasileira e sua gênese literária

Atualmente o Brasil conta com mais de 230 povos indígenas (PIB SOCIOAMBIENTAL, [2012?]) que somam, segundo o Censo IBGE 2010, 896.917 pessoas,

vivendo em áreas urbanas e rurais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, c2012). Com a proposta de minimizar os danos causados às comunidades indígenas brasileiras desde o período de colonização européia, a partir da segunda metade do século XX estes grupos passaram a ser alvo de políticas indigenistas de proteção e garantia da continuidade da cultura nativa. Mesmo que pareçam formar um grupo homogêneo, as diferentes comunidades indígenas do Brasil possuem traços culturais próprios que as individualizam. Das tribos conhecidas, sabe-se que apresentam organização social diferente uma das outras, variedade lingüística, práticas religiosas, hábitos e características étnicas próprias. A colonização européia no Brasil, em especial a portuguesa, foi um dos fatores que contribuiu para o decréscimo do número de indivíduos indígenas em nossas terras. Seja através de doenças adquiridas pelo contato com o homem branco ou pelos conflitos entre nativos e colonizadores, muitas tribos foram expulsas de seu território original e dizimadas após o contato com os europeus. A tentativa de ajustar os grupos indígenas ao modelo cultural dominante também contribuiu negativamente para a perda de elementos característicos da identidade cultural destes povos.

A segunda parte do século XX foi marcada por diversas transformações sociais que beneficiaram as comunidades indígenas no Brasil. Estes grupos passaram a ser alvo de políticas indigenistas que visaram proteger e assegurar a continuidade da cultura nativa. Com a Constituição Federal de 1988 os grupos indígenas tiveram seus direitos de cidadãos reconhecidos formalmente, inclusive “[...] sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (BRASIL, 1988). As décadas posteriores aos anos 1980 foram determinantes para os avanços sociais que beneficiaram as comunidades indígenas. Através de iniciativas de grupos independentes e organizações governamentais, iniciou-se um processo de valorização da cultura nativa. Dentre outras medidas, houve a implementação da prática escolar nas aldeias neste período, fazendo surgir uma demanda por materiais didáticos que refletissem a realidade dos povos indígenas. Afinal, como inserir no contexto de um índio, elementos que não faziam parte de seu cotidiano como trem, telefone ou gravata? E como não utilizar no processo de aprendizagem os elementos de fácil assimilação como flechas, sementes, peixes, etc.? Este tipo de material começou a ser produzido pelos próprios professores das comunidades indígenas e foi o primeiro passo para a produção literária destes grupos. Desta forma, estimulou-se a elaboração destes materiais pelos professores e, posteriormente, a produção escrita dos próprios alunos indígenas. Este foi um dos fatores que contribuíram para o surgimento da produção bibliográfica indígena.

A introdução da escrita alfabética incentivou a produção bibliográfica dos grupos indígenas que, em sua maioria, faziam uso apenas da tradição oral. Entretanto, esta produção não se manteve limitada aos livros didáticos, alcançando outras tipologias literárias como os contos e os textos informativos. A prática da escrita nas sociedades indígenas apresentou-se como uma forma de manutenção da memória do grupo e um canal de comunicação com outros grupos sociais. Assim, começaram a surgir os primeiros autores indígenas no Brasil.

Os primeiros livros foram publicados, em sua maioria, por editoras universitárias, editoras de pequeno porte ou simplesmente impressos em gráficas. Estas publicações começaram a se espalhar pelo país, e parte delas chegaram ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional¹ (FBN) pelo do cumprimento da Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o depósito legal (BRASIL, 2004).

¹ A Fundação Biblioteca Nacional é a atual Agência Bibliográfica Nacional. Foi constituída em 1990, com a integração da Biblioteca Nacional, com sua biblioteca subordinada, a Euclides da Cunha, no Rio de Janeiro, e o Instituto Nacional do Livro, com sua Biblioteca Demonstrativa, em Brasília. Informação disponível em: <http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11>. Acesso em: 24 ago. 2011.

Organizações como o Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas² (NEARIN), vinculado ao Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual³ (INBRAPI), têm atuado no incentivo à produção literária escrita dos povos indígenas e no combate ao preconceito literário, reforçando a literatura como uma ferramenta de resistência cultural pouco estudada em seus aspectos contemporâneos. Do que pode ser denominado de “movimento literário indígena”, as obras produzidas no Brasil estão atingindo gradual notoriedade dentro e fora do país, principalmente pelas novas formas de associações dos grupos indígenas. Atualmente é possível encontrar alguns destes títulos nos catálogos de importantes bibliotecas fora do Brasil, como a *Library of Congress* (LOC), Biblioteca Nacional da Espanha, Itália, entre outras.

3 O Etnocentrismo e a representação da cultura indígena

Posicionar a cultura indígena em um nível inferior à cultura europeia demonstra claramente o etnocentrismo que vigorava no período de colonização do Brasil. Entende-se por etnocentrismo o conceito antropológico que “consiste em privilegiar um universo de representações propondo-o como modelo e reduzindo à insignificância os demais universos culturais ‘diferentes’” (CARVALHO, 1997, p. 181). Dessa forma, um grupo étnico ou cultural é tomado como referência, declarando as culturas diferentes como “subalternas”. No período compreendido entre o século XV e XVI, notável pela expansão marítima europeia, o colonialismo europeu estava fortemente relacionado ao Eurocentrismo. Partindo da compreensão de que a Europa correspondia a uma hegemonia mundial, Araújo e Maeso (2010, p. 244-245) afirmaram:

o eurocentrismo é mais do que uma perspectiva [sic], é um sistema de representação cuja eficácia ideológica reside mais na despolitização das relações de poder, do que propriamente no desenvolvimento de oposições binárias que essencializam com sucesso o “nós” e o “outro”. A violência é assim naturalizada ou ultrapassada, com consequências fundamentais no modo como o racismo, a identidade nacional e a “história” do “outro” [...] são interpretados ou simplesmente evitados.

Lévi-Straus (1970, p. 232), já sinalizava a perda cultural que este tipo de ideologia ocasionava ao reconhecer que ao “caracterizar as raças biológicas por propriedades psicológicas particulares, afastamo-nos da verdade científica ao defini-las tanto de maneira positiva quanto negativa”. Além disso,

diversidade intelectual, estética, sociológica [das sociedades e civilizações] não está ligada por qualquer relação de causa e efeito à que existe, no plano biológico, entre certos aspectos observáveis pelos grupamentos humanos (LÉVI-STRAUS, 1970, p. 232-233).

De um lado, europeus civilizados desbravando o oceano com suas imponentes caravelas. De outro, nativos que, ora eram representados como selvagens gentis, receptivos aos colonizadores, de corpos belos e pele escura; ora como primitivos, bárbaros e canibais. De forma geral, esta era a visão eurocêntrica que foi disseminada na Europa através das cartas dos viajantes, que descreviam cada qual do seu ponto de vista os habitantes encontrados no território que, futuramente, denominariam como Brasil (MEYER, 2008). Por muitos anos esta

² Endereço eletrônico: <http://escritoresindigenas.blogspot.com/>

³ Endereço eletrônico: <http://www.inbrapi.org.br/>

concepção manteve-se predominante, sendo ensinada nos livros de história sobre a colonização do Brasil. Este pensamento influenciou decisivamente na imagem dos povos dominados nas expedições européias, uma vez que fere a identidade cultural do grupo. A própria expressão “descobrimento do Brasil” remete a uma visão eurocêntrica da chegada dos portugueses ao nosso território, geralmente associada a “uma produção historiográfica realizada em padrões tradicionais, saudosa dos grandes nomes e eventos e valorizadora das efemérides” (KUHN, 2000, p. 59).

O contato entre portugueses e índios, no período do descobrimento do Brasil, foi permeado pela curiosidade e estranhamentos. O interesse em relatar os hábitos e costumes daquele povo motivou estudiosos de diversas áreas, influenciando os textos de informação e a literatura jesuítica, ambos pertencentes ao Quinhentismo, movimento literário que se desenvolvia na Europa. Os textos de informação documentaram a instauração do processo de colonização, explicitando informações que os missionários e viajantes europeus adquiriam da natureza e do homem local. A literatura jesuítica, além de seu caráter informativo, possuía intenção pedagógica e moral (BOSI, 2006).

Logo no século XVI, com a chegada dos missionários jesuítas, estes empenharam-se em aprender a língua local para que pudessem transmitir seus valores e crenças aos habitantes nativos. A transmissão oral, em seus variados tipos de manifestações (cantos, teatros, danças, etc.) foi largamente utilizada pelos missionários, devido a sua facilidade e valor para os índios. Entre os missionários, foram produzidos documentos com a função de auxiliar os missionários com a língua local, como “*Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*”, do Padre José de Anchieta, “*Arte y vocabulário*” de autoria do padre Antonio Ruiz de Montoya, além de outras obras notáveis como “*Tesoro e da Arte Y Bocabulario de La lengua Guarani*”, entre 1639 e 1640, e o “*Catecismo em La lengua Guarani*” (D’ANGELIS, 2007). Todavia, mesmo após a alfabetização de alguns membros indígenas, não havia uma produção bibliográfica voltada aos nativos. Estes eram observados, descritos e interpretados por autores que, por mais que desejassem, jamais seriam capazes de expor completamente um ponto de vista que refletisse perfeitamente a opinião e interpretação dos índios. Inevitavelmente, o autor, mesmo inserido na cultura indígena, já carrega em si sua própria cultura, criação, costumes e experiências de vida que, mesmo que não se perceba claramente, influenciam na cosmovisão do indivíduo.

Em decorrência deste contato, ao longo dos anos surgiram diferentes formas de representar (de forma escrita) a cultura indígena, a saber: a literatura indianista, a literatura indigenista, a literatura em línguas indígenas e, claro, a literatura indígena, objeto deste trabalho. Estas diferentes manifestações literárias não devem ser confundidas entre si, pois apesar de objetivarem a representação dos povos indígenas, seus agentes não são os mesmos.

Segundo Regino (2003), a literatura indianista surge depois do movimento de independência nacional, na busca de fazer surgir um herói nacional. No Brasil, esta literatura foi uma das peculiaridades do Romantismo literário com a prosa de José de Alencar com os romances *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874), entre outros, e pela poesia de Gonçalves Dias, destacando-se *Juca-Pirama* e *Marabá* (1851). Além disso, o indianismo esteve presente em outros períodos da literatura como no Barroco (tendo como autor de destaque o Padre José de Anchieta); Arcadismo, com o poema épico *O Uraguai* (1769), de Basílio da Gama.

Já a literatura indigenista refere-se a

uma literatura de protesto contra a situação em que se encontravam os povos indígenas e a firme decisão de mudar a situação. A literatura indigenista vai defender o índio e usá-lo como veículo de expressão dentro de uma escrita altamente comprometida (KAUSS, 2009, p. 63).

Esta literatura não é produzida pelos índios, normalmente é feita por escritores que descendem, convivem ou sentem-se atraídos pela cultura indígena (KAUSS, 2009). Os autores buscam compreender a cultura indígena através de suas próprias perspectivas. No Brasil, dois grandes autores indigenistas foram os irmãos Orlando Villas-Boas e Claudio Villas-Boas.

Quanto à literatura em línguas indígenas, esta surgiu recentemente, após a apropriação da escrita pelas sociedades ágrafas, permitindo a tradução de documentos para as línguas indígenas. Esta literatura teve como grande contribuição a escrita da tradição oral existente nas comunidades (REGINO, 2003).

Por fim, a literatura indígena pode ser compreendida como qualquer criação de caráter oral ou escrito, seja coletiva ou individual, sendo estabelecida, pensada e estruturada a partir de padrões culturais e elementos estilísticos dos povos indígenas (REGINO, 2003). Esta manifestação cultural proporciona o conhecimento da cultura indígena por pessoas não-indígenas e facilita a disseminação da cultura, uma vez que é produzida pelos membros das comunidades indígenas. A literatura indígena não deve ser confundida com a literatura indianista, literatura indigenista e a literatura em línguas indígenas.

4 Representação documental

Possuir um documento em um acervo significa mais do que um livro em uma estante. Significa um recurso informacional inserido em um universo bibliográfico, capaz de criar relações com outros elementos geradores de informação. Um documento isolado é capaz somente de transmitir o seu conteúdo. Entretanto, se estiver envolvido em relações de significados, será capaz de expor ao máximo o seu potencial informativo. Dessa forma, considerando cada biblioteca (ou unidade de informação) como sistemas que vão muito além do significado etimológico da palavra – que se refere somente à guarda de livros – é necessário que haja uma organização lógica que seja capaz de controlar todo este ambiente.

Independentemente da quantidade de itens existentes em um acervo (seja de uma modesta biblioteca particular ou uma imponente biblioteca nacional), faz-se necessário a utilização de ferramentas que viabilizem a localização exata dos documentos. Entre os diversos instrumentos utilizados para este fim, destaca-se o catálogo. Capaz de estabelecer fluxos comunicativos entre o usuário e o acervo, o catálogo possibilita as relações entre os documentos sem a necessidade de tê-los em mãos através de representações bibliográficas.

O vocábulo “representar” significa “Fazer ou tornar presente; mostrar à evidência, [...] revelar” (REPRESENTAR, c2009³). De acordo com Mey (1999, p. 18) a “representação bibliográfica consiste em um processo de comunicação, visando a interligar itens (suportes físicos de obras) a usuários e [...] demandas de usuários a itens pertinentes”. Ainda segundo a autora, neste processo comunicativo, a representação bibliográfica se utiliza de mensagens codificadas, “pois cada um dos elementos tem lugar e pontuação fixos, para sua identificação” (MEY, 1999, p. 18). Mais tarde, este conceito seria apresentado como a *sintaxe* e a *semântica* da linguagem catalográfica (MEY; SILVEIRA, 2010). A sintaxe compreende a pontuação e a posição de cada elemento descritivo ao registrar um atributo ou característica de uma determinada entidade bibliográfica (no âmbito dos FRBR); e a semântica “o significado dos termos em sua posição e respectiva pontuação precedente” (MEY; SILVEIRA, 2010, p. 128). Assim, a representação bibliográfica pode ser compreendida como um conjunto de informações organizadas para descrever e acessar um item, evidenciando suas características particulares.

A representação bibliográfica possui as seguintes funções:

- (a) permitir a um usuário: localizar uma obra ou item específico, escolher entre as

várias manifestações de uma obra específica, escolher entre várias obras semelhantes e expressar, ou alterar, sua mensagem interna; (b) permitir a um item encontrar seu usuário; (c) permitir a outra instituição: localizar um item específico e saber quais os itens existentes em acervos que não o seu próprio (MEY, 1999, p. 19).

A Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009) estabelece que a descrição bibliográfica deve se basear no item enquanto representante da manifestação e que deve haver uma descrição bibliográfica única para cada manifestação. O AACR2 recomenda que a descrição deve ser feita para o item que se tem em mãos, ressaltando todos os seus aspectos, inclusive o suporte físico, conteúdo, tipo de publicação, relações bibliográficas, etc. (CÓDIGO..., 2004). Embora exista diferença entre o “item” no AACR2 e a “manifestação” na Declaração, para cada documento com as mesmas características deve haver somente uma representação. Independentemente de considerar o item ou a manifestação, a representação bibliográfica será feita com base no recurso bibliográfico (o representado). Neste contexto, recurso bibliográfico pode ser compreendido como

uma expressão ou manifestação de uma obra, ou item específico, que é a base para a descrição bibliográfica no catálogo de biblioteca (AACR2). Tal recurso pode ser tangível (exemplo: uma publicação impressa) ou intangível (um texto eletrônico) (BIBLIOGRAPHIC resource, c2011, *tradução nossa*)⁴.

O termo ‘Catalogação’, no contexto biblioteconômico, pode assumir diferentes interpretações de significados de acordo com o aspecto que se deseja evidenciar. Considerando o âmbito da área de estudo da representação bibliográfica, segundo Mey e Silveira (2009, p. 7) a Catalogação “consiste em um conjunto de informações que simbolizam um registro do conhecimento”. Este termo também pode designar o processo de representação de um registro do conhecimento, seja ele um livro, um documento sonoro ou mesmo uma imagem, que terá como produto o registro bibliográfico. Dessa forma, a catalogação tratará dos elementos e das práticas que dizem respeito à descrição lógica e organizada dos documentos, abrangendo sua Representação Descritiva e a Representação Temática. Vale ressaltar que a Representação Descritiva é o termo que designa a descrição formal dos documentos, que inclui a descrição física e a descrição dos elementos para a identificação dos mesmos. A Representação Temática diz respeito à atribuição de assuntos aos documentos a partir da indexação, da classificação bibliográfica e da elaboração de resumos (ORTEGA, 2010).

Garrido Arilla reuniu diferentes definições do que seria a catalogação. Ainda considerando como um processo de descrição bibliográfica, Wymar (1985 apud GARRIDO ARILLA, 1996, p. 25) afirma que a catalogação

es la operación que comporta la descripción de un documento, unido a su clasificación, según unas normas y al establecimiento de unos encabezamientos que sirvan para su ordenación y posterior recuperación.

Atherton (1985 apud GARRIDO ARILLA, 1996, p. 25), define a catalogação como o “proceso mediante el cual se transfieren, conforme a determinadas reglas, a un registro bibliográfico ciertos datos informativos de un documento”. Entretanto, para a própria autora o termo ‘catalogação’ parece remeter mais à antiga concepção da elaboração de catálogos. Ela afirma que catalogação é

4 Por tratar-se de um recurso eletrônico, o documento não possui paginação.

[...] el proceso de elaborar el catálogo. Es decir, el proceso de describir los elementos informativos que permiten identificar un documento y de establecer los puntos de acceso que van a permitir recuperarlo por el título, autor o materia que se conocen de antemano (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 25).

Partindo de outra ótica, na qual a catalogação é considerada em relação ao campo do conhecimento, Mey e Silveira (2010, p. 126) a definem como:

[...] o estudo, a preparação e a organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, visando a criar conteúdos comunicativos que permitam a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

Dentre todas essas visões e interpretações para o vocábulo ‘catalogação’, é importante ter em mente que independente da concepção (como processo de representação de documentos, área do conhecimento ou a elaboração de catálogos) esta é uma prática comunicativa, que deve ser voltada ao usuário de forma a prever as possíveis demandas informacionais e formas de busca. Assim, para que a catalogação cumpra sua função primeira de descrição bibliográfica, é necessário que ela apresente integridade, clareza, precisão, lógica e consistência (MEY; SILVEIRA, 2009).

No âmbito desta pesquisa, aborda-se a catalogação como processo, ao discutir as regras e os procedimentos adotados, e como produto, ao analisar os registros bibliográficos produzidos. Abordaremos também a catalogação como processo comunicativo e agente de preservação de memória, ao estabelecer os vínculos entre o autor, o documento, o registro bibliográfico e o usuário.

5 Procedimentos metodológicos

Após a pesquisa bibliográfica que fundamentou a base teórica deste trabalho, realizou-se uma pesquisa empírica em dois catálogos de acesso on-line disponível ao público, consultados julho do ano de 2012. Como a pesquisa nos catálogos tem a intenção de ilustrar as discussões acerca do tema aqui abordado, julgou-se ético manter as instituições produtoras dos catálogos no anonimato, sendo denominadas por Biblioteca A e Biblioteca B. Esclarece-se que a Biblioteca A corresponde a uma unidade de informação brasileira e a Biblioteca B, estrangeira, porém ambas utilizam-se do Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA, ou *Anglo-American Cataloguing Rules – AACR*) e do MARC21. Os registros bibliográficos recuperados forneceram um panorama das práticas realizadas durante a representação bibliográfica.

Por não ser possível examinar todas as situações possíveis que podem ocorrer durante a elaboração de um registro bibliográfico, esta breve análise será feita com base nos registros bibliográficos produzidos para uma determinada obra em duas edições (expressões), expondo algumas das dificuldades que se colocam no processo de descrição. A análise possui caráter comparativo e apresentará os registros bibliográficos em formato MARC 21, discutindo seus aspectos descritivos com base no *Anglo American Cataloging Rules, 2nd ed. (AACR2r)*.

A obra a ser examinada intitula-se Antes o mundo não existia, de Umúsin Panlõn Kumu e Tolamãñ Kenhíri, com introdução de Berta G. Ribeiro. Trata-se do primeiro livro totalmente escrito e ilustrado por índios no Brasil. Sua primeira edição foi lançada em 1980, pela Livraria Cultura Editora. Já a segunda edição foi publicada em 1995, através de uma parceria entre a União das Nações Indígenas do Rio Tiquié (UNIRT) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

6 Resultados parciais

Das diversas publicações produzidas por indivíduos ou grupos indígenas, um grande número carece de normalização e padronização editorial. Quando este não é um problema, ainda pode-se encontrar dificuldade na interpretação dos dados descritivos em função da barreira lingüística, uma vez que existem materiais textuais editados somente na língua nativa do grupo lingüístico ao qual a tribo do autor pertence.

Outra questão que deve receber a devida atenção diz respeito a atribuição de autoria e responsabilidade às pessoas envolvidas com a obra. Parte das atuais obras literárias editadas nos últimos anos refere-se a mitos, lendas e contos que fazem parte da tradição oral dos grupos indígenas. Algumas publicações não diferenciam de forma adequada a função de autores, adaptadores ou transcritores.

Ilustração 1: registro bibliográfico da primeira edição na Biblioteca A

LDR 00757cam0022002417a 4504 001 98041714430250E53 003 [REDACTED] 005 20081215160817.7 008 970609s19800000bspa 000 0 por d 040 ## \$a [REDACTED] 043 ## \$a s-bl-- 082 04 \$a 299.8 092 ## \$a [REDACTED] 245 00 \$a Antes o mundo não existia : \$b a mitologia heróica dos índios Desana / \$c introdução de Berta G. Ribeiro. - 260 ## \$a [São Paulo] : \$b Cultura, \$c 1980. 300 ## \$a 239p. : \$b il. col. ; \$c 20cm. 650 04 \$a Índios Desana - \$x Religião e mitologia. 650 04 \$a Índios da América do Sul - \$z Brasil. 700 1# \$a Ribeiro, Berta G. \$q (Berta Gleizer), \$d 1924-1997.	Biblioteca A
--	---------------------

Fonte: elaboração da autora, baseado no registro bibliográfico do catálogo on-line da Biblioteca A

Ilustração 2: registro bibliográfico da primeira edição na Biblioteca B

LDR 00927cam a2200265 a 4500 001 3753850 005 19941003155101.8 008 830802s1980 bl a b 000 0 por 020 ## \$c Cr\$480.00 040 ## \$a [REDACTED] 043 ## \$a s-bl-- 082 00 \$a 299.8 \$2 19 100 1# \$a Kumu, Umúsin Panlôn. 245 10 \$a Antes o mundo não existia : \$b a mitologia heróica dos índios Desana / \$c Umúsin Panlôn Kumu, Tolamã Kenhíri ; introdução de Berta G. Ribeiro. 250 ## \$a 1.a ed. 260 ## \$a São Paulo : \$b Livraria Cultura Editora, \$c 1980. 300 ## \$a 239 p. : \$b ill. ; \$c 20 cm. 504 ## \$a Includes bibliographical references. 650 #0 \$a Desana mythology. 700 1# \$a Kenhíri, Tolamã.	Biblioteca B
---	---------------------

Fonte: elaboração da autora, baseado no registro bibliográfico do catálogo on-line da Biblioteca A

Analisando os registros bibliográficos nas ilustrações 1 e 2, observa-se que embora tenham sido produzidos com base no mesmo código de catalogação e o formato MARC 21, resultou-se em duas representações de características distintas para a mesma manifestação da obra.

Através dos pontos de acesso o catálogo será capaz de recuperar e relacionar determinadas informações que descrevem um item. Quanto à forma de entrada, a regra 21.1 A2 do código estabelece que se faça a entrada principal para a obra de autoria de uma ou mais pessoas sob o cabeçalho estabelecido para o autor pessoal, para o autor pessoal principal ou para o autor mais provável. Para as situações de autoria compartilhada, a entrada principal deve ser feita sob o cabeçalho estabelecido para a pessoa mencionada em primeiro lugar, com as devidas entradas secundárias (CÓDIGO..., 2004, c.24-p.6).

O código define como autor “a pessoa fundamentalmente responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de uma obra” (CÓDIGO..., 2004, c.21-p.6). Por haverem dois autores, trata-se do que o código classifica como “responsabilidade compartilhada”. Como não há um responsável principal indicado, a regra 21.6C1 estabelece que 21.6C1. Se a responsabilidade for compartilhada por duas ou três pessoas ou entidades, e a responsabilidade principal não for atribuída a nenhuma delas pela redação ou leiaute, faça a entrada sob o cabeçalho estabelecido para a que estiver mencionada em primeiro lugar. Faça entradas secundárias sob os cabeçalhos estabelecidos para as outras (CÓDIGO..., 2004, c.21-p. 19).

Observando os registros bibliográficos coletados nos catálogos das bibliotecas, constata-se uma divergência nas representações. No registro da Biblioteca B (visualizado na Ilustração 2), consta entrada principal e secundária para os autores da obra, enquanto o registro elaborado pela Biblioteca A, visualizado na Ilustração 1, possui somente entrada principal para o título da obra. O AACR2r orienta que a entrada principal deve ser feita pelo título se:

- a) a autoria pessoal for desconhecida [...], ou difusa [...], e a obra não for proveniente de uma entidade ou
- b) é uma coleção de obras por diferentes pessoas ou entidades (veja 21.7) ou
- c) procede de uma entidade mas não se enquadra em nenhuma das categorias enumeradas em 21.1B2 e não é de autoria pessoal ou
- d) é reconhecida como escritura sagrada de um grupo religioso (veja 21.37) (CÓDIGO..., 2004, c.21-p. 7).

Na situação verificada, a obra não se enquadra nas exceções previstas pela regra. Não há como saber quais motivos levaram a descrição Biblioteca A a ocultar dados tão importantes como os autores de um livro, mas não há dúvidas de que isto gera perda informacional, uma vez que o usuário não conseguirá recuperar o registro bibliográfico ao pesquisar pelos nomes dos autores. Ainda sobre o registro bibliográfico da Biblioteca A, no campo 245 do formato MARC 21, o subcampo \$c, referente à indicação de responsabilidades associada à obra, somente o nome da pessoa que escreveu a introdução do livro figura na área destinada aos responsáveis pela obra, enquanto os autores não foram sequer mencionados, como é possível observar na Ilustração 1, diferentemente do registro da Biblioteca B, mais completo e com os devidos pontos de acesso.

Desconsiderar os autores indígenas como responsáveis intelectuais pela obra refletirá em uma representação incompleta e na restrição das possibilidades de pesquisa dos usuários para a recuperação do documento, além de prejudicar identificação dos responsáveis pela obra. Se os nomes dos autores constam na página de rosto em seu local adequado e estes são omitidos do registro bibliográfico, a representação do documento fica comprometida. Este

aspecto fere a integridade da representação da obra, uma vez que o registro bibliográfico ocupará, no catálogo, o lugar do documento em si.

7 Considerações preliminares

Ao alcançar um contexto de produção bibliográfica, a literatura indígena deve ser compreendida como documentos capazes de portar a visão de mundo de um determinado povo, seus hábitos, costumes, etc. Compreender o contexto da criação de uma obra com tantas especificidades como as publicações indígenas é fundamental para garantir uma representação bibliográfica fidedigna. Assim, ao perceber que somente através de uma representação adequada o documento poderá relacionar-se com os outros itens de uma unidade de informação, o bibliotecário torna-se o agente essencial para garantir a comunicação entre os elementos de uma unidade de informação.

Ao analisar os registros bibliográficos produzidos para uma dada obra, nota-se que a utilização de um mesmo código e formato de catalogação beneficia a interoperabilidade entre sistemas e a possibilidade de compartilhamento de registros. No entanto, constatou-se que a adoção de ferramentas iguais não garante a elaboração de registros bibliográficos idênticos. As normas de catalogação são ferramentas que norteiam a prática da representação documental, que devem ser adaptadas à realidade da unidade de informação na qual se aplica. Vale lembrar que aspectos como as necessidades dos usuários, a ética, a precisão e a padronização são fatores que devem ser sempre considerados no processo de catalogação.

Por se tratar de um grupo de publicações com tantas particularidades, o profissional bibliotecário deve proceder com cautela ao elaborar o registro bibliográfico destes documentos. Esta representação será responsável por estabelecer um elo entre os itens de um acervo e seus usuários. A representação bibliográfica adequada destes documentos implica na garantia e manutenção da memória dos grupos indígenas que estão ali representados. A tomada de decisão por parte do bibliotecário sobre quais características e informações acerca do documento são relevantes para a sua representação torna-se crucial neste momento. Este ato estabelecerá quais aspectos serão passíveis de relacionamento com os dados de outros documentos do acervo. No caso da literatura indígena depara-se com diversos questionamentos, entre eles, quem são os autores, os “criadores”, do conhecimento inscrito em um documento? O código de catalogação considera a página de rosto (para livros) como a fonte principal de informação, entretanto sabe-se o conhecimento indígena está fortemente relacionado à tradição oral, passada de geração a geração e que é uma construção coletiva. Será que deveríamos considerar a autoria de um livro indígena como uma autoria coletiva, em nome da tribo ao qual aquele conhecimento realmente pertence?

Embora as normas sejam necessárias para a interoperabilidade entre sistemas e cooperação de dados bibliográficos, é necessário refletir sobre suas regras. A decisão do profissional deverá beneficiar a comunidade de usuários, mesmo que possa contradizer o Código de Catalogação.

Referências

ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia Rodríguez. Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de história. **Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 28, p. 239-270, 2010.

BIBLIOGRAPHIC resource. In: ONLINE dictionary for Library and Information

Science. c2011. Disponível em: <http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_b.aspx>. Acesso em: 01 mar. 2011.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 27 dez. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 dez. 2004. Seção 1, p. 70. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=15/12/2004&jornal=1&pagina=70&totalArquivos=184>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CARVALHO, José Carlos de Paula. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. **Interface**, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 181-186, ago. 1997. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/revista1/debates2.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. rev. 2002. São Paulo: FEBAB, 2004.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em sociedades de tradição oral?** Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2007.

GARRIDO ARILLA, María Rosa. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis, 1996.

IFLA. **Declaração de princípios internacionais de Catalogação**. 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em 25 fev. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010 : características gerais dos indígenas : resultado do universo**. Rio de Janeiro. c2012

KAUSS, Vera Lúcia Teixeira. Literatura indígena: o resgate da oralidade ancestral na escrita polifônica do presente. **Revista eletrônica do Instituto de Humanidades**, [Rio de Janeiro], v. 8, n. 29, p. 59-83, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/viewFile/521/513>> . Acesso em: 15 abr. 2011.

KUHN, Fábio. A reinvenção do Brasil: considerações em torno dos 500 anos. **Anos 90**, Porto Alegre, n.13, p.58-62, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art4.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: COMAS, Juan et al. **Raça e ciência**. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 231-270.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Acesso aos registros sonoros: elementos necessários à representação bibliográfica de discos e fitas**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 1999.

MEY, Eliane; SILVEIRA, Naira C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

_____. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 125-137, 2010.

MEYER, Patrick Robert. Paraíso ou inferno? In: SILVA, Raul Mendes (Org.). **Sociedade e natureza na história da pintura no Brasil**. Rio de Janeiro: Rumo certo, [2007]. Disponível em:
<<http://www.raulmendesilva.pro.br/pintura/pag002.shtml>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

ORTEGA, Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da catalogação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. [**Anais eletrônicos**]. Disponível em:
<<http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/478/99>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

PIB SOCIOAMBIENTAL. **População indígena no Brasil**. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/populacao-indigena-no-brasil>>. Acesso em: 17 jul. [2012?].

REGINO, Juan Gregorio. Otra parte de nuestra identidad. **Guaraguao: revista de cultura latinoamericana**, Barcelona, n. 17, p. 207-209, 2003.

REPRESENTAR. In: MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. c2009. Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=representar>>. Acesso em: 17 fev. 2011.